

Em café da manhã no Planalto, FH discute ritmo de votação de emendas

ACM diz que convocação extraordinária é uma decisão do presidente

• BRASÍLIA. Durante o café da manhã ontem, no Palácio da Alvorada, o presidente Fernando Henrique e o do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), analisaram as possibilidades de votação das propostas de interesse do Governo, entre elas as emendas constitucionais dos inativos e dos subteos.

— O presidente Fernando Henrique disse que os dois passaram em revista os assuntos que estão no Congresso — disse o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière.

O Governo quer a convocação extraordinária do Congresso em janeiro e fevereiro para que seja aprovada a emenda que institui a contribuição previdenciária dos servidores inativos. Antônio Carlos deixou claro que caberá ao Executivo a iniciativa de convocar o Congresso:

— Talvez seja mesmo necessário se fazer uma convocação extraordinária. Mas nós não vamos fazer essa convocação. Caberá ao presidente fazê-la.

Governo quer ter certeza de que emenda passará

O Governo ainda está analisando, contudo, a conveniência de fazer a convocação. O Palácio do Planalto quer ter certeza de que o esforço dará resultado, ou seja, que será aprovada a emenda dos inativos. Na próxima semana os líderes governistas esperam

apenas contar prazo para a tramitação da proposta, sem nenhuma votação importante no Congresso.

O secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, também considera importante a convocação do Congresso. A idéia seria convocar o Congresso a partir de 16 de dezembro, com um recesso branco durante as festas de Natal e Ano Novo e a retomada dos trabalhos em 3 de janeiro. A expectativa inicial, inclusive de Aloysio, era aprovar, pelo menos em primeiro turno, a emenda dos inativos no plená-

rio da Câmara até o fim de dezembro, mas o líder do Governo Arnaldo Madeira (PSDB-SP) disse que prefere contar apenas com a certeza de, nesse prazo, aprovar a proposta na comissão especial que analisará o assunto a partir de agora.

— A convocação é fundamental e acredito que ela vá ter de acontecer de qualquer jeito, porque até 15 de dezembro o Congresso não vai conseguir votar o Orçamento e o Avança Brasil — disse Madeira, lembrando que o Legislativo não pode entrar em recesso sem votar o Orçamento. ■